

# O CONTEXTO ECONÔMICO DO BRASIL NA TRANSIÇÃO PARA O SÉCULO XXI, SEGUNDO A AGENDA EDITORIAL DE *O ESTADO DE S. PAULO* (1999-2002)

*Maria Fabíola Ramos Caraméz Carlotto<sup>1</sup>*

mariaf@usp.br

Mestranda em História Econômica (FFLCH-USP)

## RESUMO

O contexto de transição para o século XXI permitiu identificar um momento particular na História Econômica do Brasil, a convergência entre a orientação do neoliberalismo e a do Plano Real. Perspectiva que atuou como uma chave interpretativa do paradigma da “Nova Economia”, após a Revolução tecnológica que caracterizou este período. Este contexto conduziu nosso tema de pesquisa para relacionar “os efeitos da globalização financeira sobre o Brasil, segundo o ponto de vista da agenda editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*” (1999-2002). A metodologia da pesquisa documental permitiu classificar, sob ‘análise e síntese’, mais de 1.400 editoriais. Os resultados revelaram uma agenda editorial que se constituiu no exercício de elaborar discursos sobre a realidade brasileira como parte de uma narrativa que se consolidou desde o século XIX sobre a História do Brasil República.

**Palavras-chave:** História Econômica do Brasil República, Nova República, globalização, Plano Real, *O Estado de S. Paulo*.

## ABSTRACT

The transition context for the twenty-first century allowed us to identify a particular moment in Brazilian Economic History, the convergence between the orientation of neoliberalism and that of the Real Plan. Perspective that acted as an interpretive key of the paradigm of the "New Economy", after the technological Revolution that characterized this period. This context led our research theme to relate "the effects of financial globalization on Brazil, accordingly to the perspective of the editorial agenda of the newspaper "O Estado de S. Paulo" (1999-2002). The methodology of documentary research allowed to classify, under 'analysis and synthesis', more than 1,400 editorials. The results revealed an editorial agenda that was constituted in the exercise of elaborating discourses on the Brazilian reality as part of a narrative that was consolidated from XIX century on the History of Brazil Republic.

**Keywords:** Economic History of Brazil Republic, New Republic, globalization, Real Plan, "O Estado de S. Paulo"



**O Contexto Econômico Do Brasil Na Transição Para O Século XXI, Segundo A  
Agenda Editorial De O Estado De S. Paulo (1999-2002) – Maria Fabíola Ramos  
Caramez Carlotto**

## **Introdução**

O presente trabalho se originou de uma pesquisa de mestrado realizada no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, dentro do programa de História Econômica, sob a orientação do Prof. Dr. Everaldo de Oliveira Andrade. O objetivo geral era realizar uma pesquisa que relacionasse os efeitos econômicos da globalização financeira sobre o Plano Real aos relatos da imprensa diária brasileira, em função do seu ofício de produzir testemunhos ao noticiar o cotidiano dos fatos e seu desenvolvimento na esfera pública.

O que nos levou a formular um objetivo específico, o de priorizar a perspectiva editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP). Nessa escolha, consideramos dois fatores essenciais, o período mais republicano da Nova República e a histórica narrativa sobre o Brasil República que foi publicada pelo jornalismo opinativo de “OESP” desde o século XIX. Considerando que *O Estado de S. Paulo* se originou do jornal “A Província de S. Paulo”, fundado em 1875, vertente da economia cafeeira republicana. Na última década do século XIX, já sob o novo nome, o jornal já era um conhecido arauto na luta das ideias para a Proclamação da República.<sup>1</sup> Em 1890, já com o nome de *O Estado de S. Paulo*, contava com uma tiragem de mais de 7 mil exemplares.

O testemunho histórico daquilo que o jornal produziu em termos de acervo sobre a História da República nas páginas da imprensa no transcorrer do tempo nos forneceu motivos. Por isso, buscamos nessas páginas, além de testemunhos, fatos, como acontecimento textual passível de interpretação, visando abrir uma análise a respeito das prioridades da pauta da imprensa sobre o Brasil na “transição para o século XXI”. Visando, contudo, observar como o jornal “OESP” compôs sua agenda temática sobre esse período específico da História da República no Brasil.

---

<sup>1</sup> Sobre a história do jornal *O Estado de S. Paulo* destacamos o trabalho da pesquisadora Emília Viotti da Costa, orientanda do então professor Sérgio Buarque de Holanda, do Departamento de História da FFLCH-USP, que estudou *O Movimento republicano de Itú: os fazendeiros do oeste paulista e os prodomos do Movimento republicano* (Costa, 1954). Este trabalho priorizou a fundação do Partido Republicano Paulista, que tinha como uma de suas metas a instituição de um jornal republicano. Fato que ocorreu dois anos depois, em 1875, com a fundação do jornal “A Província de São Paulo”, que passou a designar-se “O Estado de S. Paulo” na última década do século XIX. Este fato também foi importante para os estudos históricos sobre a Proclamação da República no Brasil.



**O Contexto Econômico Do Brasil Na Transição Para O Século XXI, Segundo A  
Agenda Editorial De O Estado De S. Paulo (1999-2002) – Maria Fabíola Ramos  
Caramez Carlotto**

### **A escolha do objeto empírico**

O corpus da pesquisa se constituiu em catalogar mais de mil editoriais do jornal “OESP” entre 1999 e 2002. Partindo dessa ampla pesquisa documental, o trabalho propôs sintetizar o ponto de vista do “OESP” sobre o Brasil naquele percurso de tempo em que a globalização financeira atuava sobre as estruturas econômicas de forma hegemônica. O propósito da pesquisa em levantar esses dados, significou dar voz ao jornal para compor testemunhos na construção da agenda da imprensa sobre esse período de transição na História da República no Brasil.

O editorial se classifica como um gênero textual do jornalismo opinativo, tradicionalmente, “conceituado como um espaço de contradições através do qual a empresa de comunicação expressa a sua opinião sobre os temas mais candentes do momento”, segundo Melo (2004; 2010) e Fuser (2008), em trabalho de pesquisa nos editoriais de “OESP”. Neste presente trabalho, os editoriais de *O Estado de S. Paulo* são representados por artigos em alto de página e identificado por “A3”, sob a chamada *Notas & Informações*, editoria que o jornal conserva desde sua fundação no final do século XIX. No século XX, esse espaço foi utilizado para abranger textos que tratavam dos temas de maior impacto na realidade nacional, demarcados com um distintivo representando a história dos primeiros anos do jornal, cunhado sob um brasão, ilustrado com o ex-libris<sup>2</sup>.

A pesquisa buscou, também, estabelecer um contexto das questões de maior relevância nacional, que mereceram ocupar espaço na primeira página do jornal, visando um panorama mais detalhado da conjuntura que envolveu o Brasil nesse período, perspectiva motivada pela urgência de se pensar o Brasil no tempo presente.

A escolha das narrativas editoriais de “O Estado de S. Paulo” como objeto de pesquisa se justificou pela construção histórica e discursiva do jornal. Isso remeteu ao âmbito da opinião, ao exercício historicamente construído de noticiar, interpretar,

---

<sup>2</sup> O distintivo se reporta aos primeiros momentos do jornal, no século XIX, quando um tipo particular da província, o francês Bernard Gregoire, inovou a propaganda de venda dos jornais, saindo pelas ruas apregoando as notícias com um berrante, montado em um cavalo. Símbolo que cunhou o brasão ex-libris dos editoriais de “OESP”, demarcando o objeto de estudo desta pesquisa.



**O Contexto Econômico Do Brasil Na Transição Para O Século XXI, Segundo A Agenda Editorial De O Estado De S. Paulo (1999-2002) – Maria Fabíola Ramos Caramez Carlotto**

informar e, sobretudo, analisar criticamente temas e questões que afloraram da realidade que o jornal publica. O espaço dos editoriais em *O Estado de S. Paulo*, guarda a tradição de ter a prerrogativa de analisar momentos polêmicos da História do Brasil, mas que não o fez como um narrador passivo. O que também define, por si, sua “ideologia”, o seu ponto de vista e as ideias que defendeu desde o final do século XIX nas trincheiras republicanas, constituindo um estatuto próprio de opinião e debate, mas também, de intervenção na História do Brasil República. O que ocorreu em diversos momentos do final do século XIX, durante o século XX, até o momento presente. O jornal “OESP” se tornou conhecido por manter um enfoque liberal na sua linha editorial e por se posicionar sobre a realidade que testemunhava, enquanto produzia registros históricos dos fatos e acontecimentos do Brasil. No entanto, desde seu primeiro número, o jornal sinalizou que exerceria seus direitos à crítica e à opinião de forma independente, conforme se pode observar já no editorial do primeiro número do jornal, que inaugurou “A Província de São Paulo”, em 4 de janeiro de 1875<sup>3</sup>.

Nosso objeto empírico, em alguma medida, retoma uma linha de pesquisa sobre a história da imprensa, de forma específica, do jornal *O Estado de S. Paulo* que encontra lastro inicial no trabalho citado de Emília Viotti da Costa (1954) que teve um lugar de pesquisa bem demarcado na Universidade de São Paulo. A partir deste trabalho, retomamos uma linha de estudo no Departamento de História da USP, que, na década de 1970, já havia definido a posição política dos editoriais de “OESP”, estabelecendo o ponto de vista histórico do jornal até a metade do século XX. A proposta desse trabalho era a de identificar uma leitura ideológica na orientação do jornal, linha editorial que permaneceu com certa “constância e coerência na trajetória de defensor dos postulados liberais e por sua constante auto-definição como órgão de oposição aos governos constituídos” até a realidade brasileira dos anos 1940, conforme Capelato; Prado (1980).

Nossa proposta em retomar essa linha de pesquisa sobre os editoriais de “OESP” no Departamento de História da FFLCH-USP objetivou olhar essa trajetória no final do século XX, caracterizando, assim, uma narrativa que resistiu à “longa duração, sólida, quase imóvel”. Mas, visamos também, identificar, conforme já argumentamos, um ponto de vista particular sobre a História Econômica da República no Brasil, por um veículo

---

<sup>3</sup> A *Província de S. Paulo*, São Paulo, 04 de jan. 1875, p. A1.



**O Contexto Econômico Do Brasil Na Transição Para O Século XXI, Segundo A  
Agenda Editorial De O Estado De S. Paulo (1999-2002) – Maria Fabíola Ramos  
Caraméz Carlotto**

cuja linha editorial tem se destacado na tradição republicana. Essa narrativa como “lugar simbólico” ocupado pelo jornal justificava nossa escolha de pesquisa. Sobretudo, pela interação social comunicativa desenvolvida na ação histórica de noticiar, mas também de opinar criticamente sobre a realidade que testemunhava no espaço que ocupa nos debates da esfera pública.

Para tanto, a pesquisa considerou o contexto do Brasil na transição ao novo século e os fatores que envolveram assumir um novo modelo econômico, quando a globalização reorganizava um novo sistema financeiro internacional, sob influência da agenda neoliberal. Isto nos permitiu dimensionar a história do pensamento econômico brasileiro até formular um recorte específico referente a um período determinado na formação econômica do Brasil Contemporâneo sob a Nova República, no âmbito do Plano Real (1999-2002). Nosso recorte fala dum momento em que a influência neoliberal demarcou o modelo econômico brasileiro. O que reforçou muitas das hipóteses apresentadas pela pesquisa, que consideravam que o impacto da globalização financeira atuou como um fenômeno produtor de efeitos, movimento que alterou a proposta original do Plano Real durante o período de transição para o século XXI, e especificidade do recorte de pesquisa que aqui apresentamos.

### **Objetivos e novos enfoques nas hipóteses**

Nosso objetivo era também capturar nos pontos de vista propostos pelo jornal “OESP” a formação do pensamento republicano no Brasil em relação à mudança do paradigma econômico com a introdução do modelo do Plano Real sob o impacto da globalização financeira. Neste sentido, o depoimento do jornal ao encerrar o século XX, forneceu reflexões quanto ao papel dos editoriais no debate e na formação do pensamento econômico no Brasil. Nesta ocasião, o jornal partiu de uma premissa categórica: “muito do Brasil é uma construção do século XX, em quase todos os sentidos”<sup>4</sup>. Fundamentando que o século XX marcou uma transição estrutural na economia brasileira. Da condição de semicolônia agroexportadora no final do século XIX, o Brasil fechava o século XX

---

<sup>4</sup> “As reservas de crescimento do Brasil”. *O Estado de S. Paulo. Notas e informações*, 27 de dez. 1999, p. A3.



**O Contexto Econômico Do Brasil Na Transição Para O Século XXI, Segundo A Agenda Editorial De O Estado De S. Paulo (1999-2002) – Maria Fabíola Ramos Caramez Carlotto**

ocupando um lugar entre as dez maiores economias do mundo. Essa avaliação sobre o País se assemelhava aos critérios do Fundo Monetário Internacional (FMI) no final da década de 1990, expressos na inclusão do Brasil no bloco dos países “emergentes”<sup>5</sup>.

Nosso objetivo específico, embora apresentado de forma ampla, buscou compreender o histórico do processo global numa instância local. Mais que isso, buscou entender, através de um recorte pré-determinado, o que representou esse momento de transição ao paradigma operacional através dos sinais da globalização financeira na realidade econômica do Brasil no período da transição secular, processo que propomos observar através do discurso editorial de *O Estado de S. Paulo* (1999-2002).

A hipótese central era de que os efeitos da globalização financeira foram determinantes no processo de transição pelo qual o Brasil passava sob o modelo econômico do Plano Real. O período delimitado (1999-2002) pela pesquisa, para configurar o de transição ao século XXI, coincidia como o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, supondo ser essa uma fase considerada de consolidação do Plano Real como modelo econômico de modernização do País na passagem para um novo milênio. E, mais que isso, que essa transição se processava não somente pela relevância dos avanços tecnológicos desse período, que foram propiciados pelo uso dos computadores e da Internet como novos meios de comunicação, mas, sobretudo, pela influência que os mercados financeiros integrados exerceram na realidade brasileira, provocando mudanças econômicas importantes no desempenho do Plano Real.

De forma específica, as hipóteses se restringiam a colocações estritamente pontuais, que partiram de pressupostos relacionados ao fenômeno global. Isto é, a globalização implicou efeitos locais, produzindo tensões específicas na realidade nacional. Tensões que se refletiram na forma de temas e questões na agenda de “OESP”, apresentados para o debate na esfera pública no espaço opinativo dos editoriais.

---

<sup>5</sup> Em breve resumo, essa classificação era feita com base em diversos índices, definidos por um padrão interno da instituição. Sabe-se que o FMI considerava, dentre outras prerrogativas, a capacidade desses países de implementar reformas, de acordo com uma orientação sugerida pela própria agenda do FMI. Mas também avaliações mais específicas, nas quais, até onde se sabe, eram considerados o volume de reservas, em moeda estrangeira, o desempenho do Produto Interno Bruto, o regime cambial adotado e o peso da moeda (segundo um critério de segurança & risco). Conforme um desses critérios, era bem avaliado pela instituição, naquele momento, o país que adotasse a padronização de condutas muito próximas ao poder do mercado de se autorregular, refletido, por exemplo, no câmbio flutuante. Além de sinalizar para uma sólida capacidade de seguir com reformas estruturais, alinhadas à tendência definida pelo Consenso de Washington, a partir da década de 1990.



**O Contexto Econômico Do Brasil Na Transição Para O Século XXI, Segundo A Agenda Editorial De O Estado De S. Paulo (1999-2002) – Maria Fabíola Ramos Caramez Carlotto**

**O contexto brasileiro no final do século XX, da perspectiva de “OESP”**

Os documentos editoriais indicavam que o ponto de vista de “OESP” considerava como um fato inegável o Brasil República ter sido um dos maiores fenômenos de desenvolvimento do século XX. Apesar de todos as desigualdades sociais e desequilíbrios econômicos resultantes desse desempenho.

Por isso, os desafios econômicos e as atitudes que o Brasil assumiu para propiciar seu desenvolvimento se impunham no objeto de pesquisa, considerando os aspectos estruturais e sociais desse desenvolvimento na afirmação do presidente Fernando Henrique Cardoso em relação a esse período específico do Plano Real: “o econômico sem o social é desumano, e o social sem econômico é mera veleidade, voluntarismo inócuo”<sup>6</sup>.

Um breve panorama do Brasil e sua posição nesse período de transição nos leva a lembrar algumas características particulares do País na conjuntura de um mundo assumindo os desafios de um novo Milênio. Nesse contexto, o Brasil ocupa um espaço territorial de 1,7% da superfície do planeta com 8,5 milhões de quilômetros quadrados, 5,7% das terras emersas do mundo e representa quase a metade da América Latina, ao ocupar 47,3% desse território, além de ser o quinto país do mundo em maior extensão territorial. Portanto, estamos tratando de um País com dimensões continentais. Talvez essas informações nos pareçam desnecessárias, mas não quando nos dirigimos a pesquisadores internacionais. Essa informação contextual sobre o lugar do Brasil no mundo ocupa um peso incontestável.

Para além disso, o Brasil guarda as últimas reservas de água, vegetação nativas e terras aráveis do mundo, localizadas em uma das áreas mais estáveis do planeta. Com clima tropical ameno em quase toda a sua dimensão territorial, abrigando a maior floresta e mais volumosa rede hidrográfica mundial. A floresta amazônica ocupa 40% do território nacional e sob essas terras se assentam o que se considera uma das maiores reservas florestais do mundo. Sabe-se que a Amazônia guarda espécies arbóreas e reservas minerais incalculáveis, além das riquezas materiais e culturais. Como a dos povos da floresta e a história a partir das qual nos constituímos após a chegada do colonizador

---

<sup>6</sup> “Sem o econômico, social é mera veleidade”. *O Estado de S. Paulo. Notas e informações*, 30 jan. 2001. P. A3



**O Contexto Econômico Do Brasil Na Transição Para O Século XXI, Segundo A  
Agenda Editorial De O Estado De S. Paulo (1999-2002) – Maria Fabíola Ramos  
Caramez Carlotto**

português no Brasil no século XVI. Pontuamos, dessa forma, uma das questões contemporâneas preponderantes do Brasil na ordem do mundo no limiar do século XXI.

Contudo, o Brasil, na perspectiva da história, rompeu recentemente com a economia colonial ao proclamar sua independência da Corte portuguesa em 1822. No século seguinte, próximo à transição para o século XX, o País demarcou dois passos históricos decisivos, a Abolição da Escravatura e a Constituição Republicana. Nesses termos, estamos falando de um País jovem ainda, onde quase tudo está começando, pois nos constituímos como nação há muito pouco tempo. Ao entrar no século XX, como República Federativa, o Brasil possuía 17 milhões de habitantes e, ao sair deste, possuía 160 milhões de habitantes e conquistou nesse século a posição de segunda economia de maior crescimento nestes cem anos em todo planeta. E, somente a partir do século XX, de forma mais intensa, depois da II Guerra Mundial, assumiu um modelo de desenvolvimento baseado em industrialização, evidenciando a necessidade de atender seu mercado interno, com reformas estruturais, sociais e econômicas para diminuir desigualdades conjunturais nos seus grandes centros urbanos e nos contrastes centro-periferia, em função dos desafios advindos dos contrastes e do rápido crescimento, que impactam nas questões territoriais e populacionais.

A pesquisa considerou de forma breve essas questões contemporâneas do Brasil para pôr em perspectiva o contexto e a abrangência dos seus desafios ao entrar no novo século. E, também, dimensionar os seus perigos, sendo ao mesmo tempo um País gigante, potencialmente, rico, mas inexperientemente pobre no meio de antigos mercadores e experimentados negociadores da globalização, de acordo com Wallerstein (1974). À parte tudo isso, o nosso compromisso visou também contribuir de forma modesta, mas desafiadora, para contextualizar o Brasil num momento em que o mundo se adaptava à influência de um novo paradigma financeiro globalizante nos centros de negociações mercantis, ao mesmo tempo em que Brasil mudava seu modelo econômico com o Plano Real. A conjugação desses dois fatores históricos ocorreu no período que se caracterizou chamar de transição para o século XXI. Para transpor o desafio de identificar o percurso desses fenômenos impactantes, a pesquisa se apoiou em fontes documentais de testemunho do jornalismo impresso e diário.





**O Contexto Econômico Do Brasil Na Transição Para O Século XXI, Segundo A Agenda Editorial De O Estado De S. Paulo (1999-2002) – Maria Fabíola Ramos Caraméz Carlotto**

Por tudo isso, propomos que se compreenda o Brasil nesse período dentro de um novo contexto de relações multilaterais, observado como um dos efeitos desse processo de globalização que evidenciou a atuação de uma tendência na reorganização geopolítica do mundo ao se aproximar do século XXI. Essa reorganização financeira implicou no aparecimento de uma nova orientação ideológica e econômica influente, que ficou conhecida como neoliberalismo, que se acelerou na década de 1990. Essa tendência neoliberal funcionou como um padrão de adaptação das estruturas econômicas do mundo à globalização, que rodava em um sistema operacional imaterial financeiro totalizante no final do século XX.

De modo que a pesquisa buscou identificar aspectos desse processo sobre o Brasil nas páginas do jornal. Na busca de elos compreensivos do novo formato ideológico, que se configurou no realinhamento mundial após o final do período que se convencionou chamar de “Guerra Fria”, pela predominância de tendências ideológicas que se manifestaram quando das mudanças geopolíticas da econômica internacional após 1980. Para além desses aspectos, esse período demarcou uma transição que se notabilizou pela transformação da política externa dos Estados Unidos e pela influência dessa tendência ideológica, baseada na hegemonia dos mercados que, por uma questão conceitual, denominamos por “globalização” da Nova Economia.

Essa análise é essencial para o entendimento das narrativas editoriais que se buscou sistematizar, considerando a influência neoliberal nesse período, que perpassou, implicitamente, quase todas as questões da agenda editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* no período observado.

## **O Plano Real**

A problemática de fundo, que mereceu destaque no jornal ao descrever esse período, estava relacionada aos efeitos econômicos da globalização que se traduziram especialmente em crises financeiras sistêmicas. Essas crises foram geradas pela própria revolução do padrão operacional do sistema financeiro, consequência da produção de novos instrumentos, que se projetaram sobre as estruturas dos mercados e dos Estados, produzindo forças capazes de atuarem livre de regulamentação. Esse novo movimento econômico volátil e sem controle da globalização se traduziu em crises econômicas em



**O Contexto Econômico Do Brasil Na Transição Para O Século XXI, Segundo A  
Agenda Editorial De O Estado De S. Paulo (1999-2002) – Maria Fabíola Ramos  
Caramez Carlotto**

função da desregulamentação do sistema que operava sob as economias, principalmente dos países mais frágeis e dependentes, que ofereciam ao sistema juros atrativos, trazendo para si um grande volume volátil do capital especulativo.

Dessa forma, um dos efeitos da globalização nesse período foi um aumento significativo do volume e dos movimentos de fluxos e influxos do capital de natureza especulativa<sup>7</sup>. Esse movimento, em tempo real, produziu crises sistêmicas importantes, objetos de diversas análises editoriais em *O Estado de S. Paulo* relativas a esse período, como um dos efeitos da globalização financeira sob a eficácia do Plano Real.

Constatamos que uma vertente importante nesse período tinha características pouco conhecidas em relação ao movimento financeiro que operava um significativo volume de capital especulativo, sem regulamentação, movimentando a assim chamada “Nova Economia”. O que demarcava não só as possíveis formas de atuar da globalização financeira, mas também um período de ruptura. Essas transformações eram decorrentes de mudanças no funcionamento tradicional do processo financeiro global. Mudanças que ficaram conhecidas pelos efeitos que a globalização produziu como mercado especulativo, depois de emergir como um novo padrão operacional da economia global. Como foi o caso, por exemplo, da crise financeira que começou na Tailândia em julho de 1997, disseminando-se com extrema rapidez pelas economias industrializadas dos países da Ásia, repercutindo no Japão, chegando ao Brasil em agosto de 1998. Como consequência dessa sucessão de crises, em outubro de 1998, um quarto da economia mundial estava em recessão. Os efeitos da globalização financeira sobre o Brasil foram de intensa magnitude. Após o anúncio da moratória russa de 1998, produziram-se projeções econômicas que geraram reações de pânico em efeito “dominó”, isto é, de rápida propagação, desencadeadas pelos mercados financeiros integrados, operando em

---

<sup>7</sup> Segundo Gilpin (2004), o volume de trocas de divisas (compra e venda de moedas nacionais) no fim dos anos 90 foi de aproximadamente US\$ 1,5 trilhões por dia, aumento de oito vezes em relação a 1986; em contrapartida, o volume global de exportações (bens e serviços) em todo o ano de 1997 foi de US\$ 6,6 trilhões, ou US\$ 25 bilhões por dia. Além disso, o total de capitais para investimento em busca de remuneração mais alta aumentou enormemente; em meados dos anos 90, os fundos mútuos, os fundos de pensão e similares totalizaram US\$ 20 trilhões, dez vezes mais que em 1980. Por outro lado, a importância desses investimentos gigantescos é em muito ampliada pelo fato de que os investimentos estrangeiros são cada vez mais feitos com fundos emprestados. Finalmente, os derivativos ou valores mobiliários lastreados em outros valores mobiliários desempenham um papel decisivo nas finanças internacionais. Avaliados em US\$ 360 trilhões (mais que o valor de toda a economia global), eles contribuíram para a complexidade e a instabilidade das finanças internacionais e exercem um profundo impacto na economia global.



**O Contexto Econômico Do Brasil Na Transição Para O Século XXI, Segundo A Agenda Editorial De O Estado De S. Paulo (1999-2002) – Maria Fabíola Ramos Caraméz Carlotto**

tempo real, precipitando uma importante evasão de divisas pelo fluxo do capital especulativo no mercado globalizado.

Dado que o principal desafio desta pesquisa era estudar como “OESP” analisou esse e outros efeitos do processo de globalização no Brasil a partir de manifestação dos primeiros impactos das crises nos mercados tidos como emergentes, estabelecemos como ponto de partida a primeira manifestação dessas crises na realidade brasileira. Isto é, o período final de ano de 1998, que coincidiu com a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), logo após os efeitos da crise russa sobre a economia brasileira. Desse marco temporal de natureza política, a pesquisa estendeu-se até 2002, quando se encerrava o segundo mandato do presidente FHC. Momento marcado, não por acaso, pelo impacto da crise que atingiu a Argentina, principal parceiro do País no Mercosul. Por consequência, novos acordos do Brasil com o Fundo Monetário Internacional foram a efeito para segurar a estabilidade e valor do Real, muito em função do fator risco-Brasil.

Assim, além de acompanhar a forma como “OESP” viu o Brasil na transição do século XX para o século XXI, a pesquisa interpretou, por força do contexto mundial, a influência do neoliberalismo. A hipótese era de que o neoliberalismo atuava também como um efeito da globalização em curso, alinhando as economias neste momento hegemônico do capitalismo. E, nesse sentido, a pesquisa foi conduzida para observar a perspectiva do jornal em relação à confluência de fatos, como no caso da escalada de crises financeiras entre 1998 e 2002. Por isso, descrevemos e, transcrevemos, os mais diferentes pontos de vista sob os quais o jornal analisou a influência da globalização no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Período que representou a semelhança e influência da orientação neoliberal na condução financeira dos contratos públicos, relacionados ao modelo econômico que se adotou no Estado brasileiro a partir dos anos 1990, marco de abertura ao mercado e ao período das grandes privatizações.

Nesse processo, ganhou destaque a consolidação da proposta do Plano Real de estabilidade monetária. E uma das principais bandeiras do neoliberalismo, originalmente, defendida pelo Plano Real, que se notabilizou pelo controle do processo inflacionário no País, após cinco planos econômicos fracassados desde a década de 1980. Segundo análise editorial, o “Plano Real, baseou-se no reconhecimento da necessidade de mudança no



**O Contexto Econômico Do Brasil Na Transição Para O Século XXI, Segundo A Agenda Editorial De O Estado De S. Paulo (1999-2002) – Maria Fabíola Ramos Caramez Carlotto**

modelo”<sup>8</sup> de desenvolvimento do País, “uma vez que se esgotou a fórmula de substituição de importações, de industrialização forçada e de desenvolvimento autárquico”, modelo da “era Vargas”<sup>9</sup>, conforme se referia o presidente Fernando Henrique Cardoso ao processo de substituição de importações como um todo.

No plano interno, os anos Fernando Henrique Cardoso foram marcados por uma orientação muito próxima à agenda neoliberal do Consenso de Washington, de forma mais evidente pela política econômica levada a efeito por Pedro Malan e sob supervisão institucional do Fundo Monetário Internacional. O que, em breve síntese, se traduziu na própria orientação da política monetária e cambial, além de propor redefinir do papel do Estado, implicando numa agenda de privatizações, estabilidade da moeda e controle da escalada inflacionária pela adoção de um regime de metas. Na mesma agenda estavam temas envolvendo questões como o ajuste fiscal e as reformas estruturais.

No plano externo, esse período se caracterizou pela intenção do governo de inserir-se nas negociações multilaterais que operavam sob os critérios funcionais da globalização, ou seja, a inserção internacional pelas vias abertas através da liberalização dos “mercados globais integrados”.

Ao dimensionar a influência e o momento de maior impacto da globalização, consideramos que havia uma padronização de fundamentos econômicos dos países dentro da principal vertente do capitalismo que operava de forma globalizante, após os anos 1990. Assim, a pesquisa, ao sistematizar essa problemática inicial, pressupôs a existência de um novo enfoque econômico, reorganizando as forças de mercado que atuavam no interior do sistema econômico global próximo à virada para o século XXI. O que, em outros termos, equivaleria delinear uma hipótese geral. Essa hipótese partiu da suposição de que havia uma imposição internacional de critérios conceituais para avaliar os países e reorganizá-los, ou realinhá-los, segundo os fundamentos convencionados nos termos da “Nova Economia”. Conceito que identificava os países em função da adoção dos padrões tecnológicos empregados e em função da imposição de um novo paradigma econômico tecnológico, compartilhado como padrão de inserção no novo sistema global.

---

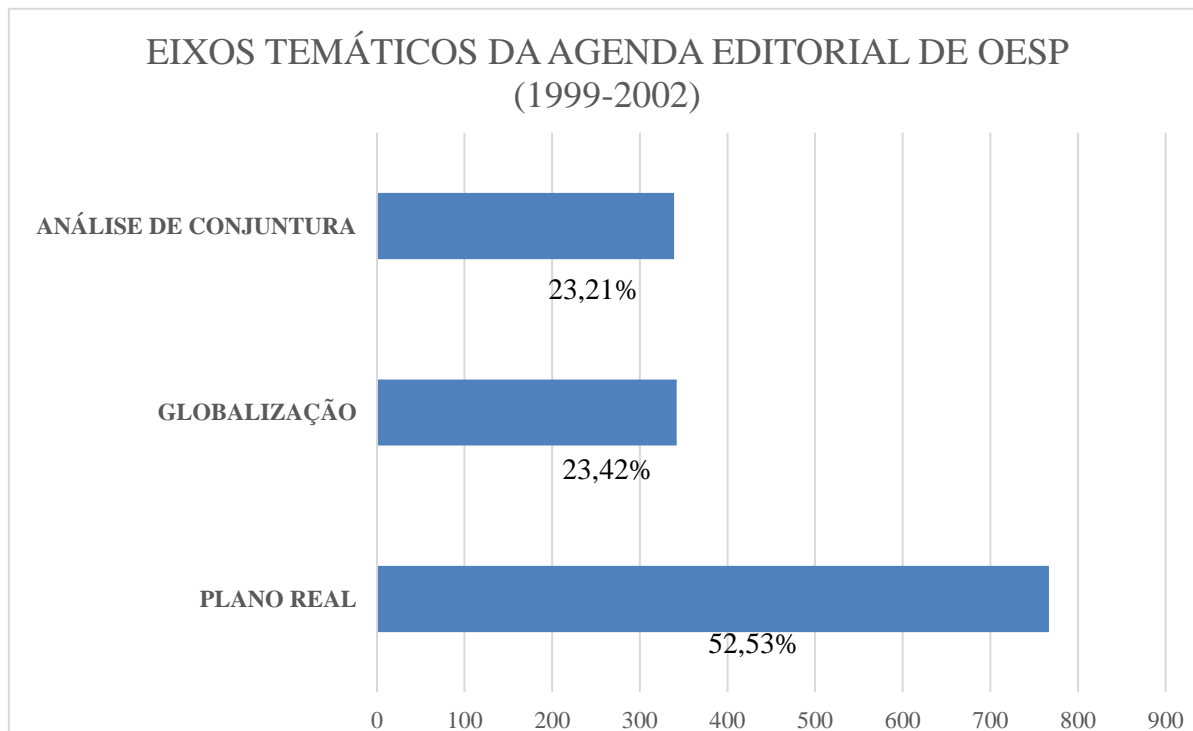
<sup>8</sup> “O que faltou para completar o Plano Real”. *O Estado de S. Paulo. Notas e informações*, 03 de jan. 1999 p. A3.

<sup>9</sup> “O que faltou para completar o Plano Real”. *O Estado de S. Paulo. Notas e informações*, 03 de jan. 1999 p. A3.



## MÉTODOS E RESULTADOS

A agenda temática de OESP (1999-2002)



Fonte: Editoriais OESP, 1999-2002

Elaboração: própria

Esta pesquisa se apoiou na análise e síntese de 1460 editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* entre 1999 e 2002. Período que coincidiu com o último governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Nosso objetivo geral era, em alguma medida, mapear a agenda de “OESP” e sua narrativa editorial nesse período.

Por isso, observamos de forma sistemática a organização de pautas, critérios de seleção temática e os princípios jornalísticos que fundamentaram escolhas para abordagem em editorial sobre esse período de transição do Brasil para um novo Milênio. Nosso objetivo específico era o Brasil nesse momento crucial da Nova República durante a aplicação do Plano Real, tema dominante na agenda editorial (52,53%), no período entre 1999-2002, conforme dados da pesquisa acima apresentados.

Os resultados indicaram uma narrativa atuante no debate das temáticas contemporâneas nas páginas dos editoriais de “OESP sobre a História Econômica do



**O Contexto Econômico Do Brasil Na Transição Para O Século XXI, Segundo A  
Agenda Editorial De O Estado De S. Paulo (1999-2002) – Maria Fabíola Ramos  
Caramez Carlotto**

Brasil. E, de forma específica, no momento de transição para o século XXI (1999-2002), quando o jornal levantou questões pertinente à realidade brasileira em uma série de análise de conjunturas, baseadas em relatos e comentários diários. Para tanto, conforme já dito, estabelecemos critérios para analisar esse conjunto documental em três vertentes: Plano Real, Globalização e Análise de Conjuntura.

É evidente que, em se tratando do gênero editorial, os temas e questões, por óbvio, acabam conduzindo à análise de conjuntura, direta ou indiretamente. Por isso, não nos pareceu aleatório a proximidade das abordagens editoriais sobre Globalização, (23,42%) e Análise de Conjuntura, (23,21)%, pois a Globalização era a conjuntura. Apenas separamos os processos, visando identificar os efeitos externos que atuaram no Brasil de forma específica sob o fenômeno da globalização, no limite, a pesquisa entendeu por globalização o conceito de Nova Economia, articulado nas análises editoriais relacionadas ao Brasil no período do Plano Real que observamos (1999-2002).

Dessa forma, a pesquisa interpretou que os editoriais analisaram o Plano Real como uma estrutura a partir da qual os “efeitos econômicos da globalização financeira sobre o Brasil” se manifestaram de forma importante; entendendo, desse modo, que o modelo estrutural do Plano Real significava uma chave de acesso à globalização. O modelo econômico brasileiro nesse período do Plano Real e as reformas estruturais no Estado brasileiro funcionavam como um microssistema de integração ao macromodelo da globalização financeira, em tese, porta de entrada aos mercados.

No essencial, a proposta do Plano Real se assentava na nova estrutura econômica pela estabilidade da moeda pelo controle inflacionário, a reorganização do Estado como parte do conjunto de reformas, ajuste estrutural e abertura da economia à iniciativa privada. No conjunto e no essencial, o que o Plano Real propunha se aproximava da orientação neoliberal e do Consenso de Washington, subjacente na orientação do Fundo Monetário Internacional, instituição com a qual o Brasil compartilhou sua adaptação à Nova Economia, segundo a pesquisa observou nos documentos consultados.

**A globalização na agenda de *O Estado de S. Paulo* e novos achados em pesquisa**

A reestruturação financeira do Brasil no final do século XX coincidiu com a reorganização mundial sobre outras bases econômicas. Muitos fundamentos desse novo



**O Contexto Econômico Do Brasil Na Transição Para O Século XXI, Segundo A  
Agenda Editorial De O Estado De S. Paulo (1999-2002) – Maria Fabíola Ramos  
Caramez Carlotto**

paradigma se revelaram desconhecidos no trato do processo, como os efeitos do capital especulativo e do risco-Brasil, que se revelaram as variantes mais determinantes durante o desenvolvimento da pesquisa e, em muitos momentos, conduziram a preponderância temática mais problemática e um campo de novos achados em pesquisa<sup>10</sup>.

A temporalidade do grande impacto da globalização sobre as estruturas econômica atuou sobre o Plano Real, provocando tensão que se traduziram em crises. Em outras palavras, a proposta do Plano Real de uma meta de estabilidade inflacionária; de um novo modelo estrutural dos fundamentos econômicos e da reforma do Estado brasileiro estavam em marcha quando se fortaleceu um novo sistema financeiro e mercantil internacional, com caráter hegemônico.

No geral e no específico, os discursos dos editoriais tratavam de analisar essas novas formas de reconfiguração do sistema internacional e seu impacto na estrutura econômica brasileira, enquanto se consolidava o Plano Real, entre 1999 a 2002.

### **Uma narrativa sobre a República no Brasil**

Ao estabelecer o significado dessa fase da Nova República, representada pelo primeiro mandato do então presidente reeleito Fernando Henrique Cardoso, a narrativa republicana de “OESP” se evidenciou:

[...] a proposição do mais abrangente conjunto de reformas concebido no Brasil desde os anos 1930 e 1940 constituiu a marca característica do primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso <sup>11</sup>.

Esse lugar simbólico, construído na prerrogativa de registrar milhões de páginas da História do Brasil República, conferiu ao *O Estado de S. Paulo* um lugar de onde emerge uma autoridade de testemunho, principalmente no decorrer de toda a História do século XX brasileiro. Poucas instituições no Brasil reuniram um conjunto documental sobre o Brasil Contemporâneo, no período da República, dessa extensão.

---

<sup>10</sup> Carlotto, M. F. R. C. “Dependência e Fragilidade nos Mercados de Capitais Globalizados - O “risco-Brasil” no final do século XX. Trabalho apresentado no V CLAHE, São Paulo, FEA, 2016

<sup>11</sup> “Quatro anos singulares”. *O Estado de S. Paulo. Notas e Informações*, 31 dez. 1998, p. A3.



**O Contexto Econômico Do Brasil Na Transição Para O Século XXI, Segundo A Agenda Editorial De O Estado De S. Paulo (1999-2002) – Maria Fabíola Ramos Caramez Carlotto**

Nesse sentido, o jornal conquistou um espaço público bem demarcado, não somente pelos registros das notícias e testemunhos dos atores sociais, mas também pela análise opinativa na participação do movimento econômico e democrático do processo de formação da identidade brasileira.

Dessa perspectiva, ressaltamos algumas considerações finais sobre o que ocorreu na estrutura e na formação econômica do Brasil entre 1999 e 2002. Mas a partir de um ponto de vista específico, o de observar a análise discursiva dos argumentos publicados pelo jornalismo opinativo de “OESP” nesse período. Grande parte da pesquisa tratou de aspectos que sinalizaram manifestações do projeto nacional, representado então pelo Plano Real. Em outro momento, significou considerar uma nova orientação do sistema capitalista internacional, essencialmente, neoliberal, pela supremacia do poder dos mercados. Fato que coincidiu com um novo paradigma tecnológico global que reorganizou o sistema mundial pela integração dos meios de comunicação e dos mercados financeiros, atuando no paradigma em tempo real.

Na realidade brasileira, esse período de transição secular coincidiu com o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso e mostrou que a esfera econômica era sensível ao movimento político no plano interno. No externo, esse período se caracterizou também por tensões no sistema financeiro global. Segundo noticiou “OESP”, quando FHC foi reeleito, no final de 1998 e assumiu a presidência do Brasil em 1999, o presidente precisava administrar uma forte crise financeira internacional ainda em curso no Brasil. E, de fato, após anos de resistência, esses efeitos levaram o Brasil ao Fundo Monetário Internacional no final de 1998, para renegociar US\$ 41,5 bilhões e repor as perdas de reservas perdidas com o “ataque especulativo” do capital volátil internacional que produziu uma substancial evasão de divisas. Esse processo desestabilizou o Real e disseminou crises em “cascata” que foram recorrentes durante quase todo o segundo mandato do presidente FHC e acabou levando o País sucessivas vezes ao FMI até nos momentos finais desse período, em 2002, para manter uma estabilidade monetária e política nos momentos de tensão das eleições presidenciais.

As crises financeiras internacionais foram um fenômeno impactantes no período de transição para o século XXI. Lembrando que quase sempre era consequência do fluxo e influxo do capital especulativo volátil que rodava no sistema procurando lucros atrativos. No final 1998, por exemplo, essa crise provocou uma importante fuga de capital





**O Contexto Econômico Do Brasil Na Transição Para O Século XXI, Segundo A Agenda Editorial De O Estado De S. Paulo (1999-2002) – Maria Fabíola Ramos Caramez Carlotto**

do País, o que acabou por levar o Brasil ao FMI e, como garantia desse acordo, “um duro ajuste fiscal foi conduzido, em consonância com a proposta de orientação do Fundo Monetário Internacional. Esses efeitos redefiniram fundamentos econômicos, ajustes fiscais e reformas estruturais no Estado brasileiro que incidiram no valor do Real e em privatizações.

Esse “pacote” de medidas ainda estava sendo negociado com as bancadas partidárias quando outra crise surgiu no horizonte brasileiro, a crise de desvalorização do Real, com mais perdas importantes de divisas, pela disparidade da moeda nacional frente ao dólar. Além disso, o jornal prognosticou efeitos políticos pós-crise do Real, que se provaram irreversíveis sobre o desempenho do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso.

A linha editorial do jornal mostrava afinidades de agendas. Tanto quanto ao recurso de pedir socorro ao FMI, quanto o pacote de ajustes e reformas, amplamente apoiados pelos editoriais de “OESP” que, assumia, dessa forma, uma linha editorial à semelhança com a orientação da agenda neoliberal do FMI.

No ano 2000, intensificaram-se processos de abertura financeira do País ao capital internacional e as grandes privatizações. Fatores que coincidiram com o aumento do desemprego para os brasileiros. Ao mesmo tempo em que ocorria uma onda de protestos e uma tendência a movimentos mundiais contra a globalização financeira. Muitos escritores chegaram a comentar que esses movimentos lembravam “maio de 1968 em Paris”. No Brasil, os movimentos sociais, em especial o dos Sem-Terra, e dos partidos de oposição forçaram rediscussões sobre o valor do salário mínimo, da dívida externa e do sério comprometimento dos programas sociais por esse modelo.

Dessa forma, os efeitos da globalização se evidenciaram ainda mais. As repercussões desse sistema foram mapeadas pelo jornal em diversos editoriais. Alguns desses dimensionaram que “quanto mais um país se integra aos fluxos mundiais de comércio e finanças maior será sua exposição aos efeitos das crises”.

Em 2001, novas crises, de grandes proporções, como foi o caso do setor elétrico, surgiram. Além de abertura ao debate ideológico das privatizações, intensificam-se parcerias com países vizinhos, dentre elas, a que levou à construção do gasoduto com a Bolívia. O intuito de repensar a base energética do País redirecionou a política desse setor, empresas tradicionais foram privatizadas ou leiloadas. O agravamento da crise na



**O Contexto Econômico Do Brasil Na Transição Para O Século XXI, Segundo A  
Agenda Editorial De O Estado De S. Paulo (1999-2002) – Maria Fabíola Ramos  
Caramez Carlotto**

Argentina e especulações sobre uma nova crise cambial brasileira levaram o país novamente a um acordo com o FMI.

O fator risco-Brasil surgia de forma evidente nesse período de influência da agenda neoliberal, como um agravante do impacto desses efeitos. Sobretudo, por expor uma relação entre essa agenda e os fundamentos econômicos e o processo políticos do País.

Todo esse panorama brasileiro evidenciou campos políticos em disputa, que refletiram um cenário que foi interpretado como “alerta” para o capital especulativo. Uma crise cambial ressurgiu em 2002, e no último semestre deste ano a equipe econômica recorreu diversas vezes ao FMI; como resultado, mais de 60% do PBI do Brasil estaria comprometido com as dívidas, pública e externa.

“OESP” tornou a apoiar a atitude do governo de recorrer ao FMI para sanar o impacto das crises recorrentes do sistema financeiro internacional. Considerou que a renovação do acordo com o Fundo Monetário Internacional era o caminho mais prudente para o Brasil. A assinatura de novos acordos, com resgate para 2003, exigiria, de certa forma, que o novo governo, que assumiria a presidência do Brasil em 2003, se comprometesse com a orientação do FMI, levando à frente as reformas de orientação neoliberal já em andamento no País.

Nesse contexto, o Jornal comentou que o “acordo fora de série” assinado com o FMI era “o reconhecimento do quanto o Brasil mudou, sob a liderança de FHC e uma prova de confiança no seu papel de avalista e do amadurecimento da democracia”<sup>12</sup>.

*O Estado de S. Paulo*, em editorial, manteve uma forte defesa do ajuste fiscal como parte de um ponto de vista bem demarcado sobre o Brasil. Por isso, defendeu um pacto partidário concernentes aos fundamentos econômicos do País, para sedimentar a credibilidade e a orientação estratégica do País diante da “Nova Economia”.

Além das tensões internas, o Brasil administrou, segundo relatos editoriais, o que o chanceler Luiz Felipe Lampreia qualificou de “efeitos assimétricos da globalização, favorecendo mais uns países que outros”. Como observamos, o Brasil seguiu os preceitos da liberalização dos comércios integrados, visando troca, isto é, importação por

---

<sup>12</sup> “O Presidente e o avalista da democracia”. *O Estado de S. Paulo. Notas e Informações*, 9 ago. 2002, p. A1.



**O Contexto Econômico Do Brasil Na Transição Para O Século XXI, Segundo A  
Agenda Editorial De O Estado De S. Paulo (1999-2002) – Maria Fabíola Ramos  
Caramez Carlotto**

exportação. Isso significou conduzir uma política interna voltada ao capital financeiro internacional, a privatizações e à abertura do mercado a importações.

No entanto, sua política externa, ao contrário, encontrou resistência e protecionismo para colocar até os seus tradicionais produtos no mercado, como foi o caso da “Guerra do aço” com os Estados Unidos. Isso significou que no plano externo, que o Brasil estaria seriamente dependente das políticas dos países ricos que aplicavam uma orientação protecionista. Indicando que o princípio proposto pela globalização discriminou os países pobres, submetendo-os ao livre-comércio com regras desiguais, evidenciando a fragilidade e a dependência dessas economias em relação a um poder financeiro externo sob o qual não detinham controle algum.

O que transcorreu no País durante esse período, o jornal *O Estado de S. Paulo* narrou, opinou e analisou, passo a passo. Isso nos permite concluir, em linhas gerais, que foi um período de crises e instabilidades, “turbulências”, no dizer do jornal, que forçou redefinições no âmbito dos fundamentos econômicos e nas propostas do modelo a ser aplicado pelo Estado, nos marcos do “Plano Real”.

É preciso considerar que a aplicação das propostas do Plano Real nesse período exigiu um esforço considerável de negociação com o Congresso. Era o modelo aplicado que buscava um ajuste, de um lado, uma sintonia com o consenso nacional e, de outro, uma adaptação ao paradigma que estava no âmago da globalização, isto é, o neoliberalismo como defesa da abertura do mercado nacional ao capital estrangeiro, em todas as suas formas. Nessa superestrutura, o Brasil buscou uma inserção internacional em blocos alfandegários, por princípio, articulado pelo entendimento que o País fazia do novo paradigma, constatável na conduta persistente que manteve na defesa do Mercosul.

## **Conclusão**

Partindo desse panorama, pode se concluir que esse período, que coincidiu com o segundo governo Fernando Henrique Cardoso, se notabilizou por se conduzir pelo princípio dos blocos alfandegários à integração hemisférica como estratégia de possibilidades a política mercantil em curso. Além disso, os anos FHC se caracterizaram pelas grandes privatizações que Brasil promoveu, as maiores do mundo até então conhecidas, como foi o caso do sistema Telebrás.



**O Contexto Econômico Do Brasil Na Transição Para O Século XXI, Segundo A Agenda Editorial De O Estado De S. Paulo (1999-2002) – Maria Fabíola Ramos Caraméz Carlotto**

Além disso, nesse período observado, o Brasil manteve uma das mais atrativas taxas de juros dos mercados financeiros integrados. Interagindo, dessa forma, com a até então desconhecida força do capital especulativo volátil. Esse mercado financeiro, ao retirar em tempo real seus ativos, deixava um rastro de crises financeiras devastadoras por onde quer que passasse, como aqui relatamos.

Por isso, iniciamos este trabalho descrevendo a perspectiva de “OESP” sobre esses efeitos das crises financeiras da globalização no Brasil após agosto de 1998, em plena campanha de reeleição do presidente FHC, que reeleito administrou crises em profusão. Ao final da pesquisa procuramos mapear um possível conceito, em torno da ideia ou do termo que se convencionou denominar de risco-Brasil, que se mostrou danoso ao Plano Real no segundo semestre de 2002.

Perpassamos, assim, quase toda a agenda de “OESP” (1999-2002), visando caracterizar os processos, nacionais e internacionais, que atuaram no Brasil nessa transição para o século XXI. O efeito que mais se evidenciou nessa conjunção de fatores foi que o Brasil abriu seu mercado interno, mas não teve a mesma resolução no comércio internacional. As exportações brasileiras sofreram, sob o paradigma da globalização, um dos seus piores momentos na história do Brasil República. Tanto que o presidente Fernando Henrique Cardoso, no último semestre de seu mandato, declarou: “É exportar, ou morrer”. Além do grande e amargo saldo do desemprego.

Dessa forma, os efeitos econômicos da globalização financeira sobre o Brasil foram apresentados pela agenda de “OESP” como um fator que produziu impacto na estrutura política e econômica do País, com sérios e profundos comprometimentos financeiros.

Para além disso, o material trabalhado demonstrou que a propagação desses efeitos passava pelo poder e entendimento da comunicação social na esfera da imprensa, no caso específico de *O Estado São Paulo*, pelo poder de articular discursos que consolidaram realidades sociais, econômicas e políticas através das narrativas historicamente construídas na sociedade brasileira.



**O Contexto Econômico Do Brasil Na Transição Para O Século XXI, Segundo A  
Agenda Editorial De O Estado De S. Paulo (1999-2002) – Maria Fabíola Ramos  
Caramez Carlotto**

**REFERÊNCIAS**

- ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”. In SADER, E. & GENTILI. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o ensaio democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.9-23
- AQUINO, M.A. *Censura, Imprensa, Estado autoritário (1968-70)* FFLCH/USP 1990  
\_\_\_\_\_. *Caminhos Cruzados Imprensa e Estado Aut. No Br. (1964-80)*. FFLCH, 1994
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. (Tese). *A Imprensa periódica como objeto de instrumento de trabalho: Catálogo da hemeroteca Júlio de Mesquita do Instituto Histórico e Geográfico*. São Paulo, 1976.
- CAPELATO, Maria Helena & PRADO Maria Lígia Coelho. *O Bravo Matutino. Imprensa e Ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- CARLOTTO, Maria Caramez, *Veredas da Mudança na Ciência Brasileira: Discurso. Institucionalização e Práticas no Cenário contemporâneo*, São Paulo: Ed. 34, 2013
- CARNEIRO, Cláudia; BRAGA, Isabel & BREVE Nelson, “Retomada econômica e dívida social são desafios”. *O Estado de S. Paulo*. 1 de jan. 1999, p.5.
- COGGIOLA, Osvaldo. *Neoliberalismo, futuro do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 1995.  
\_\_\_\_\_, Osvaldo; KATZ, Cláudio. *Neoliberalismo ou crise do capital?* São Paulo: Xamã, 1996.
- COSTA, Emília Viotti da. *Movimento Republicano de Itu: os fazendeiros do oeste paulista e os prodomos do movimento republicano*. São Paulo: USP, 1954.
- DANTAS, Fernando. “O câmbio voltou ao centro das atenções”, *O Estado de S. Paulo*, 4 jun.2000, p.A1.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2015
- FERREIRA Oliveiros. “O Segundo Poder da República”. *O Estado de S. Paulo*, 18 de jan. 2015, p.160.
- FONSECA, Francisco. *Liberalismo autoritário: discurso liberal e práxis autoritária na imprensa brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2011
- DI FRANCO, Carlos Alberto. “A Democracia demanda jornais”. *O Estado de S. Paulo*, 09 de mai. 2016, p. A2.
- FUSER, Igor. Estadão e a diplomacia da pragmática responsável. *Communicare*. São Paulo, set 2008, v.8, p.25-32.
- GIAMBIAGI, Fábio. *Estabilidade, Reformas e Desequilíbrio Macroeconômicos: Os Anos FHC*. Economia Brasileira Contemporânea, Rio de Janeiro, Elsevier, 2005
- GILPIN, Robert. *O desafio do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Global, 2004
- GODOY, M.Na Primeira Guerra, Estadinho faz história.”*O Estado de S. Paulo* 18 jan. 2015.
- HARTWELL Max. *A history of the Mont Pèlerin Society*. Indianopolis: Liberty Fun., 1995.
- HARVEY, David. *O Neoliberalismo, História e Implicações*. São Paulo: Loyola, 2008
- HAYEK, Friedrich A. von. *O Caminho da Servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.



**O Contexto Econômico Do Brasil Na Transição Para O Século XXI, Segundo A  
Agenda Editorial De O Estado De S. Paulo (1999-2002) – Maria Fabíola Ramos  
Caramez Carlotto**

- HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. S. Paulo: Cia. das Letras, 2014.
- IANNI, Otávio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- MARTINS, C. E. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011
- MELO, José Marques de. *Jornalismo Opinativo*. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.  
\_\_\_\_\_; Assis, Francisco de (Org.). *Gêneros Jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo, São Paulo: UMESP, 2010.
- MOTA.C. Guilherme. *História da Folha de São Paulo (1921-1981)*. FFLCH/USP, 1980.  
\_\_\_\_\_; Lopez, Adriana. *História do Brasil. Uma Interpretação*. São Paulo: Ed.34, 2015
- PONTES, José Alfredo Vidigal. “Um jornal para defender a República”. *O Estado de S. Paulo*. 18 de jan.2015 p.138.
- POPPER, Karl. *A Sociedade Aberta e seus Inimigos*. São Paulo: USP, 1974.
- SANTAELLA, L. *Comunicação e Pesquisa: Projetos*. São Paulo: Hacker Ed., 2006
- SANT’ANNA, Lourival. “Os Sertões” nasce como reportagem”. *O Estado de S. Paulo*, 18 de jan. 2015. p.144.
- SEGRILLO, A. A performance Econômica e Política? Pós muro de Berlim? In SANTOS THEOTONIO, *globalização, dimensões e alternativas*. Rio de Janeiro: PUC; Loyola, 2004, v. 2
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. “SP da época tinha 31 mil habitantes” *O Estado de São Paulo*, 18 de jan. 2015, p.140.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno*. Porto: Afrontamento, 1974.  
\_\_\_\_\_. *Globalization or the Age of Transition? A Long-Term View of the Trajectory of the World-System. (1999)*, Fernand Braudel Center, Binghamton University, <http://www2.binghamton.edu/fbc/archive/gairvn97.htm>  
Disponível em <http://fc.binghamton.edu/commentr.htm>
- EDITORIAIS CITADOS,

**Notas e Informações, O Estado de S. Paulo**

**<http://acervo.estadao.com.br/>**

(\*)